

## Revista Educação (v. 42, n. 2, 2019)

ANDREIA MENDES DOS SANTOS 

Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, Brasil.



Prezados leitores,

Neste texto introdutório da revista **Educação** a intenção é recuperar alguns aspectos da pós-graduação no Brasil, considerando essa como um espaço de excelência da pesquisa científica, que objetiva o retorno à sociedade. A começar pelo caráter histórico, sua história não é recente! A trajetória da pós-graduação no País teve início em 1930, através do curso de Direito da Universidade do Rio de Janeiro, ainda que em moldes semelhantes aos padrões europeus; e, nestes 89 anos, foi necessária uma série de (re)formulações até a construção da atual estrutura de pesquisa e da produção do conhecimento para os avanços da ciência e da tecnologia no Brasil “comprovados, entre outros indicadores, pela 13ª posição na produção científica mundial” (GIANETTI, 2010, *apud* MORITZ, 2011).

Como uma criança dando os seus primeiros passos, foi preciso mais de uma década até que a expressão “pós-graduação” fosse utilizada pela primeira vez, no Artigo nº 71 do Estatuto da Universidade do Brasil, e somente na década de 1950, que começaram a ser realizados os primeiros acordos com países estrangeiros. Através de acordo com os Estados Unidos foi firmada uma série de convênios entre escolas e universidades brasileiras e norte-americanas, que possibilitaram o intercâmbio de estudantes, pesquisadores e professores (SANTOS, 2003; MENDES *et al.*, 2017).

A maturidade também veio com o tempo; para que a atuação da pós-graduação no País fosse regulamentada, foram necessários cerca de 30 anos, e isso ocorreu mediante a associação de duas áreas de uma universidade brasileira: a área de Ciências Físicas e Biológicas e a área da Engenharia, no início da década de 1960, que resultou na criação de uma primeira experiência na coordenadoria dos Programas de Pós-Graduação, sob a gestão da área da Engenharia (COPPE).

O fato é que esse período até a década de 1960, inspira o reconhecimento de que o Brasil ficou marcado pelo franco período de expansão de universidades com enfoque na pesquisa e disso derivaram o surgimento dos primeiros cursos de mestrado e doutorado no País (OLIVEIRA; FONSECA, 2010, p. 19), através do Parecer nº 977 de 3 de dezembro de 1965, do Conselho Federal de Educação (CFE), conhecido como Parecer Sucupira (NOBRE; FREITAS, 2017). Esse contexto promissor foi ponto do planejamento estratégico do governo Vargas e, assim, foram criadas as fundações do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), em 17 de abril de 1951 e da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), em 11 de julho de 1951, a fim de estabelecer no País um sistema institucional voltado ao desenvolvimento científico e tecnológico (MENDES *et al.*, 2017, p. 166) o que,

[...] com o reconhecimento da titulação formal, observa-se uma nova ênfase na pesquisa e na expansão e consolidação da pós-graduação *stricto sensu* (mestrado e doutorado) no país, onde se desenvolveu um sistema de avaliação e qualificação dos cursos criados pela comunidade científica que provocaram, rapidamente, a proliferação dos programas de pós-graduação nas universidades brasileiras. Neste processo, o CNPq e a CAPES tornaram-se espaços de excelência para garantir o desenvolvimento tecnológico no país.



Tal organização possibilitou, ao longo do tempo, a criação de Planos Nacional de Pós-Graduação (PNPGs), sendo o primeiro implementado em 1975 e, o último e atual, vigente no período 2011-2020, definindo estratégias e metas para os avanços da Política de Pós-Graduação e Pesquisa no Brasil. Não é foco aqui detalhar tais planos, mas não seria um erro considerar que, destas parcerias e articulações, especialmente entre o CNPq e a CAPES surgiram importantes ações para o fomento da ciência e tecnologia no Brasil. Ademais, é preciso observar que

[...] eles guiaram e contribuíram para moldar o início do Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação que se tem hoje, e a criação do Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT), assentando, então, o CNPq junto à Esplanada dos Ministérios na representação da ciência-gênese do CNPq. Do mesmo modo como ocorreu com o CNPq, a FINEP também contribuiu com o Ministério da Ciência e Tecnologia e, desde a última década, tornou-se um dos principais agentes de estímulo e financiamento à inovação tecnológica no país (MENDES *et al.*, 2017, p. 170).

Segundo Balbachevsk (2005), a pós-graduação brasileira encontra-se entre as mais importantes do mundo, impressionando pela sua qualidade e pelo conjunto consistente de políticas que atuam no sentido de ampliar o seu crescimento sem perder a qualidade “legitimada internamente e reconhecida internacionalmente” (MORITZ, 2011, p. 1).

O escopo dos autores aqui considerados tece referência à pós-graduação brasileira como um caso de sucesso, e sinalizam que isso se deve, sobretudo, ao processo de avaliação realizado pela CAPES e às ações de apoio à pesquisa realizadas pelo CNPq, uma vez que tais avaliações (CAPES) vêm permitindo sistematizar o desempenho dos programas de pós-graduação e que as ações de fomento à pesquisa, pelo CNPq, vêm fortalecendo importantes linhas de apoio e colaborando para uma equilibrada distribuição de recursos nas regiões do Brasil. “O sistema de pós-graduação nacional vem se consolidando e expandindo pela existência de financiamento à pesquisa por meio de fundos competitivos, criados pelas agências de fomento nacionais e internacionais” (MORITZ, 2011, p. 2). Ainda que tais fundações contribuem na formação de novos recursos humanos à medida que agem por meio de bolsas de pesquisa e incentivos, como prêmios em concurso aos alunos e instituições que auxiliem esses discentes no cumprimento de suas metas e conclusões.

A pós-graduação é o fato mais positivo da história da educação superior no Brasil (MORITZ, 2011) e deve ser considerada elemento essencial para o progresso e o desenvolvimento do País. Contudo, no horizonte vislumbram-se grandes desafios futuros,

seja nas estruturas das nossas universidades, nas políticas de governo, na internacionalização em curso, no reconhecimento de títulos em universidades estrangeiras, em especial da América Latina e nas diferenças regionais enfrentadas em nosso país (MORITZ, 2011, p. 3).

Pelo exposto, justificamos investimentos na área da Educação. Este número da nossa revista apresenta o Dossiê “Saberes matemáticos nas escolas normais: Brasil, França e Portugal (séculos XIX e XX)” organizado por Elisabete Zardo Búrigo e Andréia Dalcin. São dez artigos especialmente dedicados à temática, que se somam a outros nove que se inscrevem na política editorial de fluxo contínuo da *Educação*. Entendemos que um periódico acadêmico deve se posicionar e se comprometer de forma ativa e responsável com a comunidade científica.

Boa Leitura.

Editora da Revista **Educação**

## REFERÊNCIAS

BALBACHEVSKI, Elizabeth. A pós-graduação no Brasil: novos desafios para uma política bem sucedida. *In*: BROCK, C.; SCHWARTZMAN, S. **Os desafios da educação no Brasil**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2005. <https://doi.org/10.17699/workshopnpt.12.4>

MENDES, Jussara Maria Rosa; SANTOS, Andréia Mendes dos; WERLANG, Rosângela. Pós-graduação em Serviço Social no Brasil: há uma pedra no caminho. R. **Katál.**, Florianópolis, v. 20, n. 2, p. 165-174, maio/ago. 2017. ISSN 1982-0259. <http://dx.doi.org/10.1590/1982-02592017v20n2p165>. Acesso em: 29 jun. 2019.

MORITZ, Gilberto de Oliveira; MORITZ, Mariana Oliveira; MELO, Pedro Antonio de. A Pós-Graduação brasileira: evolução e principais desafios no ambiente de cenários prospectivos. *In*: COLÓQUIO INTERNACIONAL SOBRE GESTÃO UNIVERSITÁRIA NA AMÉRICA DO SUL, 11., Florianópolis, 2011. **Anais do [...]**. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/26136>. Acesso em: 7 jun. 2019. <https://doi.org/10.17648/qualihosp-2017-69769>

NOBRE, Lorena Neves; FREITAS, Rodrigo Randow de. A evolução da Pós-Graduação no Brasil: histórico, políticas e avaliação. **BJPE**, v. 3, n. 2, p. 18-30. ISSN: 2447-5580. Disponível em: <http://periodicos.ufes.br/BJPE>. Acesso em: 10 jun. 2019.

OLIVEIRA, J. F.; FONSECA, M. A pós-graduação brasileira e o seu sistema de avaliação. *In*: OLIVEIRA, J. F.; CATANI, A. M.; FERREIRA, N. S. C. **Pós-Graduação e avaliação: impactos e perspectivas no Brasil e no cenário internacional**. Campinas: Mercado de Letras, 2010. Cap 1. p. 15-52. ISBN: 978- 85-7591-147-1. <https://doi.org/10.21713/2358-2332.2011.v8.210>

SANTOS, Cássio M[iranda] dos. Tradições e contradições da pós-graduação no Brasil. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 24, n. 83, p. 627-641, ago. 2003. p. 627. Disponível em: <http://www.cedes.unicamp.br>. Acesso em: 1 jun. 2019. <https://doi.org/10.1590/s0101-73302003000200016>

Recebido em: 11/6/2019.

Aprovado em: 18/6/2019.

Publicado em: 8/11/2019.

### Endereço para correspondência:

Andréia Mendes dos Santos  
Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul  
Escola de Humanidades – Programa de Pós-Graduação  
Av. Ipiranga, 6681 – Prédio 15/383 – Partenon  
90619-900, Porto Alegre, RS, Brasil

### Autora:

ANDREIA MENDES DOS SANTOS  
Doutora em Serviço Social pela PUCRS. Docente do Programa de Pós-Graduação em Educação e Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Escola de Humanidades da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), Porto Alegre, RS, Brasil.  
Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-7013-0239>  
E-mail: [andrea.mendes@pucrs.br](mailto:andrea.mendes@pucrs.br)